



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2016**

-----**ACTA NÚMERO 12**-----

Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal António Rocha, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal José Rodrigues. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontra-se ausente por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à décima segunda reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Apreciação do relatório de delegação de competências de Março e Abril de 2016 -----
- 3 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 84/2016 – Compartimento n.º 33 C do Ossário n.º 6; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 85/2016 - SIADAP - Biénio 2015/2016 - Nomeação da Comissão de Avaliação - Aprovação do regulamento da Comissão de Avaliação - Nomeação da Comissão Paritária; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 86/2016 - Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração - Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade; -----

- 4- Proposta de Deliberação N.º 87/2016 – Atribuição de comparticipação financeira à Associação Junt´Arte; -----
- 5- Proposta de Deliberação N.º 88/2016 – 3ª Alteração Orçamental; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 89/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o gabinete de apoio social – Marta Frago; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 90/2016 – Rescisão de Programa de Contrato Inserção+ - Processo 032/CEI+15 – Cristina Maria Costa Franco da Cruz; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Amanhã começa da Feira Social e do Brinquedo, em Queijas, que decorre nos dias vinte, vinte e um e vinte e dois de maio, sendo que, no dia vinte e dois, há recolha de sangue pela Associação dos Dadores de Sangue. -----

--- Vamos levar a cabo a segunda edição da revitalização das Festas da Sra. da Rocha, que irão decorrer de vinte a vinte e nove de maio, com inúmeros eventos, iniciativas e animação cultural e musical. Compromisso dado e que foi cumprido, mais uma vez, este ano neste mandato e acho que nos devemos sentir orgulhosos. Para já quero agradecer a mim próprio e, em particular, ao Sr. Vogal José Rodrigues porque, sem nós os dois, dificilmente a festa se faria. Agradecer, também, às nossas equipas de operários e apoio administrativo como é o caso da Rita Rebelo. De qualquer das formas, é um evento que dá muito trabalho mas que nós esperamos que dê muita satisfação a quem lá for. Durante o evento contamos, também, com o Sr. Secretário que procede a toda a coordenação dos meios áudio no palco do recinto. -----

--- No dia vinte e nove de maio irá decorrer o desfile de forças terrestres, nomeadamente, de proteção civil e policia em Queijas na Rua João XXI, a partir de cerca das onze horas, com um desfile apeado e motorizado, com cerca de quatrocentos elementos de todas as corporações de bombeiros do Concelho, da Divisão de Oeiras da PSP e dos serviços de Proteção Civil Municipais e que espero que me acompanhem nessa data festiva. -----

--- Mas antes, não nos podemos esquecer que, pela primeira vez, no âmbito das Festas do Concelho de Oeiras, as festas serão abertas em Carnaxide com o espetáculo com o fadista Ricardo Ribeiro, aqui no Centro Civico, pelas vinte e duas horas, espetáculo esse integralmente organizado pelo Municipio de Oeiras. Também não nos podemos esquecer que, no dia vinte e cinco de junho, vamos promover as habituais sardinhas em Outurela, Carnaxide e Queijas, sendo que na Outurela será na Associação de Moradores Dezoito de Maio, em Carnaxide será na LUPECA e em Queijas será junto ao Mercado em que teremos o apoio dos escuteiros de Queijas e onde teremos que ter cuidado com o horário das missas porque não nos podemos esquecer que no horário das missas nesse dia. Peço ao Sr. Vogal

que me escreva um email com o horário das missas. A Câmara Municipal, este ano, manteve o mesmo valor de apoio à sardinhada, no entanto, não patrocinou a contratação de qualquer artista ou grupo musical para animação do recinto de Queijas. Assim, eu pergunto aos Srs. Vogais o que acham sobre este assunto, se contratamos nós e temos o trabalho e a despesa, ou se pomos música ambiente ou, então, gostaria que me informassem o que acham. -----

--- Recebi um ofício da Empresa Parques Tejo, datado do dia nove de maio, registado sob o número mil cento e sessenta e um de nove de maio, a dezassete de maio, em que nos perguntam qual o parecer que queremos dar à introdução de novas ZEDL nos seguintes arruamentos, em Carnaxide: Rua Almirante César Augusto Campos Rodrigues, Praceta Barbosa du Bocage, Rua Almeida Garrett, Rua Eça de Queirós, Rua Antero de Quental, rua perpendicular à Rua Almeida Garrett, Rua Aquilino Ribeiro, Rua General Zeferino Sequeira, Praceta Oliveira Martins, Praceta Teixeira de Pascoais, Rua Elisa Sousa Pedroso, Avenida Portugal entre a Rua Aquilino Ribeiro e a Rua Sacadura Cabral, Praceta Ramalho Ortigão, Praceta José Régio, Praceta Soeiro Pereira Gomes, Praceta Sebastião da Gama, Rua Sacadura Cabral, Estrada da Outurela, Largo Almirante Gago Coutinho, Praceta António Boto. Após análise, irá ser elaborada uma proposta de deliberação no sentido de dar parecer favorável ao proposto pela Empresa Parques Tejo à exceção dos seguintes arruamentos: Estrada da Outurela, Rua Almirante César Augusto Campos Rodrigues e Praceta António Boto, para já. Mas pergunto qual é o sentido de colocar parquímetros nestas pracetas todas se durante o dia estão vazias. Na Estrada da Outurela não faz sentido ter parquímetros porque o estacionamento é ocupado pelas pessoas que trabalham na zona. Este assunto será analisado numa próxima reunião. -----

--- Desde a última reunião até hoje, estive de baixa a trabalhadora Sofia Henriques por dois dias, a Educadora Conceição Salgueiro entre os dias vinte e oito de abril e vinte e sete de maio. O Sr. Armando Lopes encontra-se ausente desde o dia vinte de abril ao abrigo do seguro por acidente de serviço. -----

--- No âmbito do Programa da semana da Proteção Civil, vai haver no Centro Cívico de Carnaxide, no dia vinte e quatro de maio, o "Zé Baril", que é o dia aberto da Proteção Civil dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide. Haverá um evento na praia da Torre, no dia vinte e cinco de maio, no dia vinte e seis de maio haverá um desfile de fanfarras em Oeiras, no dia vinte e sete, no Hotel Vila Galé, haverá uma conferência, haverá um simulacro de incêndio no Centro Comercial Oeiras Parques, no sábado, no domingo terá lugar a promoção de bombeiros, entrega de viaturas e orçamento participativo, junto à tribuna do desfile. -----

--- O Agrupamento de Escuteiros de Carnaxide vem agradecer a colaboração da Junta de Freguesia na afixação e divulgação de um evento que decorreu em maio. -----

--- Coloquei novamente à consideração da Câmara Municipal e da Empresa Parques Tejo, dado que no âmbito da visita com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em que visitámos diversas situações em Queijas e noutras vezes em Carnaxide, deveria haver uma ata em que nos dissesse o que foi deliberado. Depois desta visita a Carnaxide, já há alguns meses, propus que fossem anulados seis lugares de estacionamento na saída da Rua Manuel Teixeira Gomes, no entroncamento com a Avenida Professor Dr. Reinaldo dos Santos, e, dado que não tinha qualquer indicação da Câmara Municipal, solicitei à Empresa Parques Tejo qual era o ponto de situação. A Empresa Parques Tejo informou que já está a desenvolver o procedimento com vista à anulação dos seis lugares na Rua Manuel Teixeira Gomes. -----

--- No dia sete de junho de dois mil e dezasseis será inaugurado o novo Centro de Saúde de Carnaxide, na Rua Manuel Teixeira Gomes, sonho sonhado por muitos, em particular, pelo ex-Presidente Isaltino de Moraes, mas que o atual Presidente da Câmara Municipal Paulo Vistas conseguiu transformar o sonho em realidade e assinou contrato/programa com o Ministério da Saúde no valor de dois vírgula três milhões de euros e que permitiu, num ano, construir o novo Centro de Saúde com cerca de cinquenta gabinetes médicos, com garagem em cave e com inúmeros espaços dedicados a tratamentos, ambulatório, enfermaria, etc., todo esse espaço localizado no antigo Quintal Desportivo. De recordar que a requalificação daquele espaço previa três fases. A primeira fase seria a construção do Centro de Saúde, a segunda fase seria a requalificação da zona desportiva do Quintal Desportivo e a terceira fase seria a requalificação das áreas verdes e pedonais. Estamos na segunda fase que irá terminar a trinta de junho e seguir-se-á a outra fase. O edifício é estanque, independentemente de eu entender, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e enquanto político, que era melhor inaugurar tudo junto, mas, por motivos maiores, que são exatamente os doentes e em que me foi explicado que o edifício novo já tem todos os equipamentos, todo o mobiliário, tem os médicos, tem tudo preparado e, portanto, não faz sentido que as pessoas continuem a ser atendidas no edifício antigo quando o edifício novo já está pronto e as equipas estão prontas a ocupar o espaço. O estacionamento que existe era o mesmo que existia, toda a frente do Centro de Saúde está livre para estacionamento e estamos a falar, possivelmente, de uma faixa de estacionamento com cerca de cinquenta lugares, de um lado e do outro, e julgo que será perfeitamente suficiente, até porque as pessoas que vão ao Centro de Saúde de Carnaxide com certeza moram em Carnaxide e podem, facilmente, ir a pé, ao não ser que sejam pessoas com mobilidade reduzida e que serão apoiadas pelos Bombeiros. -----

--- Tivemos vinte e um atendimentos agendados em Carnaxide do Gabinete de Ação Social tendo comparecido dezasseis pessoas e cinco não compareceram. -----

--- A Corrida das Localidades do Sporting Clube de Linda-a-Pastora irá realizar-se no dia vinte e nove de maio. -----

Ponto - Dois - Apreciação do relatório de delegação de competências de Março e Abril de 2016 -----

--- Foi apreciado o relatório de delegação de competências de março e abril de dois mil e dezasseis, já enviado ao Município no dia dezasseis de maio. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 05 de Maio de dois mil e dezasseis e o dia 18 de Maio de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 92.200,94 € (noventa e dois mil duzentos euros e noventa e quatro centavos); em caixa 1.233,23 € (mil duzentos e trinta e três euros e vinte e três centavos), sendo o total das disponibilidades de 95.094,17 € (noventa e cinco mil e noventa e quatro euros e dezasseis centavos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 65.962,44 € (sessenta e cinco mil novecentos e sessenta e dois euros e quarenta e quatro centavos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 24.926,04 € (vinte e quatro mil novecentos e vinte e seis euros e quatro centavos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 84/2016 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 241/2016, relativamente à declaração rececionada por esta a Junta de Freguesia da Senhora Joaquina Maria Rijo, sob o registo de entrada n.º 1741 de 03/05/2016, declarando que prescinde dos direitos sobre os restos mortais de Maria Teresa Rijo. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que o compartimento n.º 33 C do Ossário n.º 6, seja apropriado pela Junta de Freguesia, nos termos do Regulamento em vigor. -----
2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 85/2016 -----

Na sequência da Informação Nº 264/2016, do Setor de Recursos Humanos, de acordo com a Lei nº 66-B/2007 deverá dar-se início ao processo de SIADAP referente ao biénio 2015/2016. Para esse efeito e de acordo com o nº 5 do artº 23º da Secção V do Decreto Regulamentar Nº 18/2009, de 4 de setembro, deverá ser criada uma Comissão de Avaliação, composta pelo Presidente da Junta de Freguesia, que preside, o Tesoureiro ou Secretário da Junta de

Freguesia e um trabalhador com responsabilidade funcional adequada. À Comissão de Avaliação compete estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão; estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos; estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira; garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho relevante e Desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento de Desempenho excelente; exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas. -----

Neste seguimento, deverá ser elaborado e aprovado o Regulamento da Comissão de Avaliação (em anexo) para o ciclo avaliativo referente ao biénio 2015/2016. -----

De acordo com o nº 2, do artº 22º da Secção IV do mesmo Decreto Regulamentar, deverá ser também criada uma Comissão Paritária, pelo período de 4 anos, que deverá ser composta por 1 Vogal do Executivo, 1 membro da Comissão de Avaliação e dois representantes dos trabalhadores por estes eleitos, que funcionará junto do dirigente máximo, com competência consultiva para apreciação das propostas de avaliação apresentadas aos avaliados, antes da homologação. -----

Face ao exposto, propõe: -----

1. A nomeação dos elementos que irão compor a Comissão de Avaliação para o biénio 2015/2016; -----
 2. A aprovação do Regulamento da Comissão de Avaliação; -----
 3. A nomeação dos elementos que irão compor a Comissão Paritária, pelo período de 4 anos;
 4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 86/2016 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2016, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral acima mencionada a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia para prestação de trabalho comunitário e face ao exposto a integração será da seguinte forma: -----

- Ana Moreira – 137h30m – reside em Queijas - será colocado no Mercado Municipal de Queijas (Vogal Responsável: Sr. António Rocha), com o seguinte horário: das 9h00 às 11h30.

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aceitação dos indivíduos Ana Moreira para realização de trabalho comunitário. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 87/2016 -----

Reconhecendo a importância que a cultura assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2016 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole cultural, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2016, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira à Associação “Junt’Arte”, no valor de 200,00 € (duzentos euros), para apoio às atividades culturais, recreativas e sociais da referida Associação. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 88/2016 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2016 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2016, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, reforçando rubricas que pela sua natureza são necessárias reforçar, nomeadamente, as verbas de despesas com pessoal devido a situações excecionais e inesperadas, nomeadamente, a retenção no Fundo de Financiamento das Freguesias em 2016 para pagamento do Serviço Nacional de Saúde publicado em Março e o seu fracionamento em quatro trimestres sendo que em 2015 foram apenas em três, o pedido de reforma de duas funcionárias afetas às creches e o ajuste do valor abono de família. Há ainda a destacar o reforço de verba nas rubricas de aquisição de “outro material” para a Delegação de Competências. -----

A 3ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo

para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aprovação da 3ª Alteração Orçamental que importa no montante de 10.195,00 € (dez mil cento e noventa e cinco euros), conforme mapa em anexo. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 89/2016 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias se ter unido, por um lado de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, por outro, de apoios por via do Município, bem como efetuar o encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes, implica o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias. A par destes apoios, a União de Freguesias dinamiza atividades de lazer e ocupação de tempos-livres especificamente destinadas à população sénior com o objetivo de combater a solidão e o isolamento dos munícipes em idade não ativa e o levantamento de casos isolados de idosos que requerem acompanhamento. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2016, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário contratar prestação de serviços para o atendimento de serviço social na delegação de Queijas, dada a licença de maternidade da técnica superior de serviço social Ana Barata, com o intuito de continuar a contribuir e prestar os serviços para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada na área geográfica da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas sempre que se revele necessário, e a par destes apoios dinamizar atividades sociais destinadas à população. -----

- A prestação de serviços terá início a 06 de Junho de 2016; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades pedagógicas, proposta pelo serviço requisitante é a licenciada em serviço social, Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso; -----
 - O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 5.700,00 (cinco mil e setecentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros); -----
 - O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 05/01.01.07.03 (GOP/Orçamento de 2016); -----
 - A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se no crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, que faz com que esta assistência procure junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto desta União de Freguesias se ter unido, por um lado, de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, por outro, de apoios por via do Município, a par do encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes implica o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias; -----
 - A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), e com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----
 - A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----
- DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----
- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
 - O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2016”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LFTP), independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LFTP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, não podem ultrapassar os valores pagos em 2015. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de Agosto, Lei n.º 82-B/2014 , de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015 , de 07 de Agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----
- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----
- Lei n.º 87-A/2016, de 30 de março, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2016, abreviadamente identificada por "LOE 2016" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e no Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

- 1 – Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 35.º da LOE 2016 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----
- 2 – Existe a necessidade de adquirir serviços, que se traduzem no atendimento de serviço social na delegação de Queijas, dada a licença de maternidade da técnica superior de serviço social Ana Barata, com o intuito de continuar a contribuir e prestar os serviços para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada na área geográfica da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas sempre que se revele necessário, e a par destes apoios dinamizar atividades sociais destinadas à população. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 06 de Junho de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5 - Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 35.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, a licenciada em serviço social, Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso, contribuinte n.º 226 118 410. A prestadora de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 90/2016 -----

No seguimento da Deliberação N.º 92/2015 e no âmbito da Medida Contrato Emprego-Inserção + ao abrigo da Portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, foi celebrado em 12/06/2015, contrato entre a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e Cristina Maria Costa Franco da Cruz, portadora do documento de identificação n.º 11544976, Contribuinte 212 355 392, residente em Largo Dr. Carlos França nº 12 - 3º C, 2790 - 473 Carnaxide, que se previa vigorar pelo período estabelecido para a execução do projeto, sem prejuízo do disposto das cláusulas 6ª a 8ª, tendo início em 2015/06/15 e terminando no dia 2016/06/14. -----

Nos termos da alínea b, do nº3, da cláusula 5 do referido Contrato Emprego Inserção +, constitui causa de rescisão do contrato a ocorrência de faltas justificadas durante quinze dias consecutivos ou interpolados. -----

Em 04/05/2016, deu entrada com o nº de registo 1763, certificado de incapacidade temporária para o trabalho de Cristina Maria Costa Franco da Cruz relativo ao período de 28/04/2016 a 09/05/2016. -----

Em 06/05/2016 e após submissão da assiduidade do mês de Abril/16 no Portal do IEFP pelos serviços, verifica-se que o limite de faltas justificadas interpoladas foi ultrapassado, pelo que

em 09/05/2016 é elaborada informação N.º 249/gabinetedestudos/2016 fundamentando a rescisão do contrato. -----

Em 13/05/2015 é dado conhecimento verbal e por meio de Ofício Refª JV/CM/768/16 a Cristina Maria Costa Franco da Cruz, de que atendendo ao limite de faltas imposto pela legislação ao qual o contrato estava afeto iria ocorrer a rescisão do contrato, pelo que o mesmo deixava de produzir efeitos 8 dias a contar da data da comunicação por escrito. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A rescisão do Contrato Programa Inserção + celebrado em 12/06/2015 entre a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e Cristina Maria Costa Franco da Cruz -----

2. Que seja dado conhecimento à beneficiária. -----

3. Que seja dado conhecimento ao IEFP. -----

4. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 23h30m.

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)